

**Intervenção do Presidente do PSD/Açores, Duarte
Freitas, no encerramento do debate do Plano e
Orçamento regionais para 2014**

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

Os Açores vivem hoje um momento decisivo na sua História Autónoma.

Nunca nestes quase quarenta anos de democracia açoriana conhecemos semelhantes dificuldades.

Os 21.545 açorianos que se encontram desempregados, os muitos milhares que frequentam programas ocupacionais ou de formação, os jovens que se sentem perdidos em programas de estágio prolongados no tempo, os dois terços de agregados familiares da Região

que vivem com menos de 500 euros mensais precisam, com urgência, de soluções para as suas dificuldades.

Num tempo de desafios sem precedentes para a nossa Autonomia compete aos políticos dos Açores saber dialogar, conseguir encontrar consensos e chegar a soluções que tenham efeito na vida das pessoas.

Os açorianos podem contar com o nosso trabalho determinado, podem contar com a Autonomia e podem contar com a social democracia açoriana para ajudar a encontrar esses consensos.

Como o PSD/Açores esclareceu atempadamente, temos muitas reservas em relação aos documentos aqui apresentados e duvidamos da eficácia de muitas das medidas aqui propostas pelo governo regional.

Consideramos, tal como a generalidade dos parceiros sociais dos Açores, que o Plano para 2014 não pode ser

considerado de investimento quando está orientado para pagar muitas obras já feitas ou juros de obras por pagar.

O PSD/Açores aqui está, por isso, cumprindo aquele que é o seu dever como partido da oposição democrática.

Durante estes três dias, apresentamos propostas, debatemos e defendemos essas mesmas propostas na convicção de que elas melhoram a vida dos açorianos.

De facto,

é para tornar um pouco melhor a vida de cerca de 70 mil açorianos com baixos rendimentos que propomos o aumento, em 10 por cento, dos complementos regionais de pensão e ao abono de família.

Afirma o Partido Socialista que esta é uma proposta incoerente. Assim não o entendemos.

Incoerência seria um partido político afirmar-se preocupado com a situação dos agregados familiares açorianos, como faz o Partido Socialista, e depois não aumentar o complemento ao abono de família pelo segundo ano consecutivo.

Incoerência seria um partido político afirmar-se preocupado com os açorianos que mais sofrem, como faz o Partido Socialista, e depois apresentar uma proposta para aumentar o complemento de pensão em 1 euro por mês.

É por estarmos preocupados com os mais de 9000 açorianos que esperam por uma intervenção cirúrgica que propomos a afetação de 700 mil euros para o combate às listas de espera cirúrgicas.

Aos açorianos não basta a confissão do Partido Socialista de que não está satisfeito com a sua atuação nesta área e de que errou na forma como abordou o problema ao longo dos anos que já leva de governo.

Essa confissão, infelizmente, em nada vem resolver o problema de quem espera há muito por uma intervenção cirúrgica.

Assim como de nada serve o argumento extraordinário aqui dito pelo Partido Socialista de que esses açorianos não precisam estar preocupados porque os serviços de urgência funcionam.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

A Universidade dos Açores é uma das instituições basilares da nossa Autonomia e não pode ser abandonada.

Propomos, por isso, o reforço em 350 mil euros nas verbas destinadas à tripolaridade da nossa Universidade, acompanhando assim o parecer dado pela instituição ao Plano e Orçamento para a Região, e em 350 mil euros nas verbas destinadas à investigação dedicada.

Para o PSD/Açores não é a Autonomia que deve pagar o que é responsabilidade da República, nomeadamente as verbas destinadas à componente do Ensino Superior.

Mas é a Autonomia que deve assumir as responsabilidades que permitam manter uma instituição tripolar de valor incalculável para os açorianos e reforçar os apoios naquilo que nos dá valor acrescentado, a investigação dedicada.

Esta posição do PSD/Açores não é incoerente e a verdade é que, apesar de fazer disto mais um cavalo de batalha para atacar o PSD/Açores, as propostas do governo não andam muito longe das nossas.

Incoerente seria um governo regional, como faz o Partido Socialista, calar e pagar investimentos quando os governos de José Sócrates retiraram verbas à Universidade dos Açores.

Quando os governos socialistas da República se recusaram a financiar a construção do Departamento de Oceanografia e Pescas ou do Pólo da Terra Chã, o Partido Socialista não encontrou qualquer problema ou incoerência.

O presidente Carlos César afirmava mesmo em Janeiro de 2008, e cito: “temos um relacionamento baseado na discrição e na eficiência com a Universidade. Não fazemos comunicados nem conferências de imprensa sobre os sucessos da nossa intervenção junto do Governo da República a favor da instituição”, fim de citação.

O sucesso da intervenção socialista já sabemos como acabou. O governo regional pagou as obras no valor de 11 milhões de euros, assumiu outras despesas e calou.

Agora, depois de ter falido o país, e depois de ter mudado o governo da República, o Partido Socialista já faz comunicados e declarações bombásticas a exigir aos outros aquilo que nunca exigiu de si.

O PS muda de opinião sempre que Lisboa muda de cor.

A incoerência socialista e a dupla personalidade quando se trata do relacionamento com o governo da República é também visível quando se fala em serviço público de rádio e televisão.

Este governo, ao longo de anos, foi sempre conivente com as omissões dos governos da República socialistas.

Hoje acusa o PSD/Açores de romper consensos regionais e fala alto para esconder que o seu projeto é, na verdade, um plano para coisa nenhuma sem estratégia ou visão para o futuro.

O Partido Socialista quer disfarçar de regional a sua proposta esquecendo que essa proposta, a prazo, acabará por liquidar o serviço público de rádio e televisão.

Ao contrário, o PSD/açores sempre defendeu uma solução partilhada e sempre defendeu que o Estado é o primeiro responsável por assegurar o serviço público de Rádio e Televisão.

Acreditamos que esse serviço deve ser concretizado através de uma empresa com sede na Região e administração ratificada por maioria de dois terços neste parlamento.

Para o PSD/Açores, e ao contrário daquilo que o Partido Socialista insinua, normalmente para tentar confundir os açorianos, os 51 por cento do capital social dessa empresa não devem ser do governo da República.

Essa participação no capital social da futura empresa deve ser da RTP. E deve ser da RTP não porque o PSD/Açores queira que seja Lisboa a mandar, mas sim porque essa é a forma a assegurar que é mantida uma ligação fundamental para a sustentabilidade funcional e empresarial da RTP e da RDP Açores.

Ela é também a melhor forma de assegurar o vínculo dos seus trabalhadores.

E, de forma verdadeiramente autonómica, entendemos que o que os açorianos pagam como taxa, ou seja, contribuição audiovisual, deve ser considerado na componente das receitas regionais da futura empresa, o que representará cerca de três quartos das verbas com que a região se deve responsabilizar.

O PSD/Açores não duvida que esta solução que apresentamos aos açorianos é a que melhor garante a qualidade futura do serviço público de rádio e televisão e protege os seus profissionais.

E é também aquela que impede que este assunto continue a ser gerido pelo silêncio cúmplice dos socialistas quando na República manda o Partido Socialista ou pelo protesto inconsequente quando o governo lá fora muda de cor partidária.

O PS quer agora uma televisão em que o governo da República paga tudo e o governo regional manda em tudo. Sendo esta solução o melhor de dois mundos, porque é que o governo regional não apresentou essa proposta ao governo da República quando o governo da República era socialista?

O silêncio cúmplice do Partido Socialista, umas vezes, ou a gritaria inconsequente, outras, são os únicos responsáveis pelo estado em que se encontra a RTP e a RDP Açores.

Afinal, parece que o governo regional não quer resolver o problema da RTP/Açores quer sim é alimentar mais problemas com a República.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

As empresas regionais conhecem neste momento grandes dificuldades.

Aos receios generalizados de que a crise se continue a agravar durante o próximo ano junta-se o receio de diferentes entidades, como a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, de que o Plano e Orçamento apresentados pelo governo regional não constituam os documentos que a Região precisa para combater a atual crise.

Propomos, por isso, o alargamento das deduções à coleta dos lucros reinvestidos pelas empresas regionais.

Acreditamos que esta é uma medida mitigadora da austeridade nacional e uma compensação justa pela injusta diminuição do diferencial fiscal acordada entre o Partido Socialista e a troika.

É, também, um contributo para dar às empresas mais capacidade para criarem postos de trabalho.

Numa fase tão difícil, as empresas regionais precisam de medidas concretas e não do discurso permanente de auto elogio do Partido Socialista sobre um oásis económico que ninguém encontra e sobre um dinamismo económico que não se vislumbra.

O PSD/Açores continua, também, sem compreender os motivos pelos quais o Partido Socialista decidiu deixar de considerar a EDA uma empresa estratégica.

Não há motivo nenhum para que tal aconteça e voltamos a propor que essa classificação seja retomada. Continuaremos a apresentar essa proposta caso o governo continue a não a aprovar.

Perante a recusa do governo em voltar a considerar a EDA uma empresa estratégica, a proposta do PSD/Açores garante que o governo regional aqui virá todos os anos, a esclarecer se quer ou não privatizar a Empresa de Eletricidade dos Açores.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente,

Senhora e Senhores Membros do Governo

Por muito que custe ao Partido Socialista compete também à oposição fiscalizar a ação do governo regional.

Sinalizar os compromissos assumidos que se transformam em compromissos desaparecidos ou em compromissos esquecidos.

Durante os últimos três dias, e ouvindo apenas as intervenções do Partido Socialista, seríamos levados a pensar que o governo regional é da responsabilidade do PSD/Açores e que é o próprio Partido Socialista que se encontra na oposição. Mas, assim não é.

Este Partido Socialista queixa-se de tudo, mesmo quando não se pode queixar de nada.

Este é o Partido Socialista que já admite que algumas das suas políticas se transformaram em vícios, que critica os parceiros sociais e que se queixa no Parlamento de que a oposição tem demasiado tempo para falar.

Foi, por isso, com grande surpresa que ouvi o presidente do governo desconsiderar o PSD/Açores considerando-o irrelevante para a discussão do Plano e Orçamento da Região, em virtude dos resultados registados nas últimas eleições legislativas regionais.

Em democracia não é um problema o governo considerar a oposição irrelevante. O verdadeiro problema da democracia é quando os governos se tornam arrogantes.

Nestes três dias, o Partido Socialista encontrou desculpas para tudo, muitas vezes sem sequer se preocupar com o facto de cair no ridículo.

Chegou-se ao ponto, neste plenário, de se afirmar que os terríveis números do abandono escolar se devem a uma

mudança de conceito ou que, imagine-se, as dormidas turísticas desceram na Graciosa porque a essa ilha só vão os turistas que são prejudicados pelas medidas do governo da República.

Para o Partido Socialista a descida das dormidas na Graciosa não tem nada a ver com o óbvio facto das Termas do Carapacho terem deixado de funcionar em resultados das deficientes obras de remodelação ali concretizadas.

Vejam bem, os Açores tinham termas a funcionar desde a ditadura. Elas sobreviveram a tudo até ao dia em que chegaram as obras de remodelação socialista. Nesse dia acabou-se o turismo termal e agora vamos gastar mais milhões a fazer a remodelação das obras de remodelação socialista.

Este Partido Socialista está tão preocupado em encontrar desculpas para tudo que nem nota, por exemplo, que é o

único culpado pelo lugar que Açores ocupam nos principais indicadores relacionados com a Educação.

Somos dos últimos onde queremos e precisamos de ser dos primeiros.

Os resultados escolares nas nossas escolas são um embaraço para a Região no exterior, uma tragédia para os alunos nas escolas e uma vergonha para um governo que se diz socialista e que há 17 anos é o único responsável pelas políticas educativas.

Um jovem açoriano que se encontre hoje no Ensino Superior cumpriu toda a sua escolaridade inserido nas políticas socialistas para a Educação.

O falhanço educativo dos Açores é uma nódoa para o Partido Socialista, mas é, acima de tudo, um problema geracional para os açorianos.

Entendemos que é possível fazer mais e que é possível fazer melhor. Tem de ser possível fazer mais e melhor.

Ao governo regional exige-se mais e nestes tempos de crise exige-se melhor.

Aqui estamos, prontos para ajudar este governo a ajudar os açorianos.

Precisamos todos de um governo muito melhor do que aquele que aqui se apresenta, que se arrasta em justificações sem sentido, que perdeu a noção da realidade e que se queixa todos os dias dos parceiros sociais e dos partidos da oposição.

O PSD/Açores vai abster-se na votação deste Plano e Orçamento mas este não é um sinal de confiança no governo regional.

É uma oportunidade, para os açorianos, que não pode ser desperdiçada.

Senhora Presidente

Senhores deputados

Senhor Presidente e membros do governo

Aquando da discussão do programa deste governo, o PSD/Açores demonstrou a sua disponibilidade para o dialogo e para ajudar as famílias e as empresas açorianas.

Para demonstrar que essa disponibilidade não era mera retórica política e facilitar o dialogo, apresentámos matérias de regime e matérias da governação para as quais estávamos, desde logo, prontos para avançar.

Mesmo que o governo não goste de analisar a sua própria governação e os seus compromissos, entendemos, como maior partido da oposição que devemos, perante os açorianos, fazer um ponto de situação em relação aos nossos compromisso e efectiva capacidade e vontade de dialogo.

Levámos até às ultimas consequências políticas a defesa dos açorianos ao votar contra o governo da República na Lei de Finanças Regionais.

Demos o nosso contributo para a forma como deverão ser aplicados os futuros fundos comunitários e conseguiu-se a manutenção do seu montante.

Estamos ao lado dos açorianos na defesa da titularidade dos fundos marinhos e são bem conhecidos os nossos esforços a favor da manutenção do contingente militar da Base das Lajes, em coordenação institucional com o governo regional e pela via diplomática nos Estados Unidos.

Sempre recusámos a mera demagogia política em favor de interesses maiores e não damos trunfos aos adversários da Base das Lajes, como quis fazer recentemente o Partido Socialista na Assembleia da Republica, levantando questões que devem - e estão a ser estudadas, mas que não podem ser arma de arremesso

partidário, sem que se lute até ao fim pela decisão que mais nos interessa: a manutenção do contingente militar norte americano na Base das Lajes.

E, embora não seja possível, por indisponibilidade do Partido Socialista, não desistiremos de continuar a defender a redução do número de deputados regionais, garantindo a realidade ilha, assegurando a proporcionalidade e a representatividade de todos os açorianos.

Quanto aos assuntos da governação, concretizamos a nossa disponibilidade dando o nosso contributo escrito e concordância de princípio para a concretização da Agenda Açoriana para o Emprego e para a Competitividade Empresarial.

Demos o nosso contributo na revisão do POSEI, participámos ativamente na reforma do Serviço Regional de Saúde e conseguimos – toda a oposição conseguiu – evitar que o governo regional levasse a sua intenção de

cortar tanto nos serviços de saúde aos açorianos como queria.

Nunca nos furtamos ao diálogo e à apresentação de soluções.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do governo

Açorianos,

Os Açores enfrentam hoje grandes desafios.

Temos um regime preparado para ser herdeiro de si próprio, mas pouco competente a gerir a pesada herança que recebeu.

Um regime preparado para manter o poder, alimentar o seu séquito e gerir a região sem rasgo e sem visão de futuro.

Este governo regional desapareceu em combate contra o Governo da República e desapareceu do combate à maior crise financeira, económica e social da Autonomia.

Hoje, os açorianos que sofrem procuram pelo governo da sua terra e não o encontram.

Podem todos os açorianos contar com o PSD/Açores.

Não desistiremos de combater ao seu lado. Sempre que for necessário, aqui estaremos para lutar contra as medidas da República que consideramos injustas.

Mas aqui estaremos também, e sempre, para exigir que o governo regional cumpra as suas obrigações para com os açorianos.

Não capitularemos nesse combate.

Disse!